

**ATA DA 151ª SESSÃO ORDINÁRIA DO
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Aos oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um (08.02.2021), às quatorze horas e trinta e cinco minutos (14h35min), por meio de videoconferência através do sistema Cisco/Webex, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça para a sua 151ª Sessão Ordinária, sob a presidência do Dr. Luciano Cesar Casaroti, Procurador-Geral de Justiça. Registrou-se as ausências justificadas dos Drs. Ana Paula Reigota Ferreira Catini, Maria Cotinha Bezerra Pereira, Moacir Camargo de Oliveira e Marcos Luciano Bignotti. Constatou-se ainda as presenças *online* do Dr. Pedro Evandro de Vicente Rufato, Presidente da Associação Tocantinense do Ministério Público – ATMP, do Sr. Saldanha Dias Valadares Neto, Presidente da Associação dos Servidores Administrativos do Ministério Público – ASAMP, e da Dra. Cynthia Assis de Paula, Diretora-Geral do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público. Verificada a existência de *quorum*, o Presidente declarou aberta a primeira sessão ordinária do exercício 2021, desejando um ano profícuo de trabalho, com debates e deliberações que fortaleçam o Ministério Público. Consignou, ainda, que este Colegiado é o destinatário das principais pautas da Procuradoria-Geral de Justiça, na certeza de que nele encontrará respaldo em discussões plurais e decisões qualificadas. Prontamente, deu conhecimento da **pauta**, que consistiu em: 1) Apreciação de atas; 2) Regulamentação da eleição complementar de Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher; 3) Autos SEI nº 9.30.8000.0000296/2020-92 (Autos CPJ nº 032/2019) – Proposta de regulamentação da prestação dos serviços de extração de cópias reprográficas, emissão de certidões, atestados e perícias realizadas pelos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado do Tocantins (interessado: Fundo de Modernização e Aperfeiçoamento Funcional – FUMP; relatoria: CAA); 4) Autos SEI nº 19.30.1072.0000844/2020-73 – Proposta de regulamentação do Grupo de Trabalho Psiu, para a prevenção e o combate à poluição sonora e perturbação do sossego, no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins (interessado: Dr. Fabio Vasconcellos Lang; relatoria: CAI); 5) E-Doc nº 07010374611202073 – Minuta de Resolução que “Cria o Núcleo de Promoção e

Defesa dos Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério Público do Estado do Tocantins – Núcleo PCT” (interessada: Procuradoria-Geral de Justiça); 6) E-Doc nº 07010374613202062 – Minuta de Resolução que “Institui o Centro de Apoio Operacional à Execução – CAEx e dá outras providências” (interessada: Procuradoria-Geral de Justiça); 7) Ofício nº 037/2020 – Questionamentos quanto ao cargo de “Auxiliar Técnico” (interessada: Associação dos Servidores Administrativos do Ministério Público); 8) E-Doc nº 07010374221202011 – Relatórios de atividades do Núcleo Maria da Penha e do Centro de Apoio Operacional do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher (interessada: Dra. Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira); 9) E-Doc nº 07010379829202111 – Relatório de atividades do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público – ano 2020 (interessada: Dra. Ana Paula Reigota Ferreira Catini); 10) Relatórios de Inspeção das Promotorias de Justiça de Palmeirópolis e de Paranã (interessada: Corregedoria-Geral do Ministério Público); 11) E-Doc nº 07010377598202195 – Encaminha a Ata da 3ª Reunião Ordinária do NUPIA (interessado: Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NUPIA); 12) E-Docs nºs. 07010380113202141 e 07010380132202177 – Memórias da 10ª e 11ª Reuniões da Força-Tarefa Ambiental do MPTO (interessada: Força-Tarefa Ambiental); 13) E-Doc nº 07010377620202113 – Comunicação de início de exercício na 1ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins (interessado: Dr. Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira); 14) Ofícios de comunicação de instauração, andamento e conclusão de Procedimentos Investigatórios Criminais: 14.1) E-Doc 07010372400202012 – Comunica a instauração de PIC (interessada: Dra. Maria Juliana Naves Dias do Carmo); 14.2) E-Doc 07010372788202035 – Comunica a instauração de PIC (interessado: Dr. Francisco José Pinheiro Brandes Júnior); 14.3) E-Doc 07010375050202021 – Comunica a prorrogação de PIC (interessado: Dr. Airton Amilcar Machado Momo); 14.4) E-Doc 07010372910202073 – Comunica o arquivamento de PIC (interessado: Dr. Saulo Vinhal da Costa); 14.5) E-Doc nº 07010375855202073 – Comunica o ajuizamento de Ação Penal com base em PIC (interessada: Dra. Maria Juliana Naves Dias do Carmo); e 15. Outros assuntos. De início, colocou-se em apreciação as **Atas da 150ª Sessão Ordinária, das 140ª e 141ª Sessões Extraordinárias, e das Sessões Solenes de Posse de Membros do Conselho Superior do Ministério Público, de Corregedor-Geral do**

Ministério Público e de Procurador-Geral de Justiça, que restaram aprovadas à unanimidade. Em seguida, passou-se à **regulamentação da eleição complementar de Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher – CAOCCID**, cujo término do mandato ocorrerá em 24/04/2022, tendo em vista a disposição, ao Conselho Nacional do Ministério Público, da então coordenadora, Promotora de Justiça Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira, para atuar como membro auxiliar na Corregedoria Nacional do Ministério Público. Após breve debate, a **Minuta de Edital**, formulada em conjunto pela Secretaria do Colegiado e pela Assessoria Jurídica do Procurador-Geral de Justiça, restou aprovada à unanimidade, com o seguinte cronograma: a) prazo para inscrições: 10 a 12/02/2021; b) publicação da relação de inscritos: 12/02/2021; c) prazo para a apresentação de impedimentos e impugnações: 18 a 22/02/2021; d) prazo de resposta às impugnações: 23 a 25/02/2021; e) julgamento de impedimentos e impugnações e votação: 26/02/2021; e f) publicação do resultado final: 26/02/2021. Ato contínuo, procedeu-se à apreciação de feitos constantes da ordem do dia, a saber: 1) **Autos SEI nº 9.30.8000.0000296/2020-92** (Autos CPJ nº 032/2019). Assunto: Proposta de regulamentação da prestação dos serviços de extração de cópias reprográficas, emissão de certidões, atestados e perícias realizadas pelos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado do Tocantins. Interessado: Fundo de Modernização e Aperfeiçoamento Funcional – FUMP. Parecer da CAA: “(...) *pela devolução ao Colégio de Procuradores de Justiça para reexame da matéria em análise, com a exclusão da cobrança de emissão de certidões voltadas para defesa de direitos ou esclarecimento de situação de interesse pessoal, permanecendo a possibilidade em relação a interesse de terceiros, mantendo-se a proposta formulada pelo Douto Procurador de Justiça, Dr. Moacir Camargo de Oliveira, Secretário-Executivo do FUMP, quanto aos demais pontos, quais sejam regulamentação da prestação de serviços de extração de cópias reprográficas, atestados e perícias realizadas pelos Centros de Apoio do Ministério Público do Estado do Tocantins com encaminhamento ao Procurador-Geral de Justiça, nos termos do artigo 17, XII, alínea ‘i’, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins para edição da devida regulamentação.*”. Votação: parecer acolhido à unanimidade. 2) **Autos SEI nº 19.30.1072.0000844/2020-73**. Assunto: Proposta de regulamentação do Grupo de Trabalho

Psiu, para a prevenção e o combate à poluição sonora e perturbação do sossego, no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins. Interessado: Dr. Fabio Vasconcellos Lang. Parecer da CAI: “(...) *pela aprovação da proposta com as alterações consistentes em: a) redução do número de membros do Grupo para o total de até seis (6), em face da atual realidade do quadro institucional, preferencialmente dentre os integrantes de órgãos de execução com atribuições de atuação no tema; b) retirada das referências à prestação de assessoria pelos seus integrantes a outros órgãos, diante da vedação do artigo 129, IX, da Constituição Federal, ficando compreendido que a pretensão se refere à prestação de apoio institucional aos órgãos e entidades com atuação no tema, ficando substituídos os termos ‘auxílio’ e ‘assessoria’ por ‘apoio’ (...)*”. Votação: parecer acolhido à unanimidade. Dando prosseguimento, deliberou-se pela remessa, à Comissão de Assuntos Institucionais, dos **E-Docs n.ºs. 07010374611202073 e 07010374613202062**, em que a então Procuradora-Geral de Justiça, Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira, encaminha Minutas de Resolução (1) que “*Cria o Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério Público do Estado do Tocantins – Núcleo PCT*”; e (2) que “*Institui o Centro de Apoio Operacional à Execução – CAEx e dá outras providências*”. Deliberou-se ainda pela remessa, tanto à Comissão de Assuntos Institucionais quanto à Comissão de Assuntos Administrativos, do **Ofício n.º 037/2020**, oriundo da Associação dos Servidores Administrativos do Ministério Público – ASAMP, contendo questionamentos quanto ao cargo de “Auxiliar Técnico”. Na sequência, apresentou-se para conhecimento os **Relatórios de atividades do Núcleo Maria da Penha e do Centro de Apoio Operacional do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher – CAOCCID** na gestão da ex-Coordenadora, Dra. Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira. Após, a palavra foi concedida à Dra. Cynthia Assis de Paula, que, em nome da Dra. Ana Paula Reigota Ferreira Catini, então Diretora-Geral do CESAFA-ESMP, nos termos do artigo 5º, inciso XIV, da Resolução n.º 004/2020/CPJ, procedeu à apresentação, através de um vídeo institucional, do **Relatório de atividades do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público no ano de 2020**. Em seguida, o Corregedor-Geral do Ministério Público, Dr. Marco Antonio Alves Bezerra, teceu considerações e apresentou, para conhecimento, os **Relatórios de Inspeção das Promotorias de Justiça de Palmeirópolis e**

de Paranã. Por fim, a Secretária apresentou, também para conhecimento, (1) o **E-Doc nº 07010377598202195**, que encaminha a Ata da 3ª Reunião Ordinária do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NUPIA; (2) os **E-Docs nºs. 07010380113202141 e 07010380132202177**, que encaminham Memórias da 10ª e 11ª Reuniões da Força-Tarefa Ambiental do MPTO; (3) o **E-Doc nº 07010377620202113**, em que o Dr. Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira comunica o início de exercício na 1ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins; e (4) **Ofícios de comunicação de instauração, andamento e conclusão de Procedimentos Investigatórios Criminais – PIC's**, nos termos constantes da ordem do dia. Nada mais havendo, a presente sessão foi encerrada às quinze horas e trinta minutos (15h30min), do que, para constar, eu, _____, Vera Nilva Álvares Rocha Lira, Secretária, lavrei a presente ata, que, após lida, aprovada e assinada, será encaminhada para publicação. A gravação da presente sessão pode ser acessada, na íntegra, no seguinte endereço eletrônico: www.youtube.com/c/CESAFMPTO.

Luciano Cesar Casaroti

Leila da Costa Vilela Magalhães

Vera Nilva Álvares Rocha Lira

João Rodrigues Filho

José Demóstenes de Abreu

Ricardo Vicente da Silva

Marco Antonio Alves Bezerra

José Maria da Silva Júnior

Jacqueline Borges Silva Tomaz